

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio
2009

Em 2009, 39 Municípios apresentavam um Poder de Compra per capita acima da média nacional

Em 2009, dos 308 municípios portugueses, 39 apresentavam, relativamente ao indicador sintético do poder de compra *per capita*, resultados acima do valor médio nacional. Uma análise global dos resultados permite destacar valores mais elevados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e também em alguns municípios coincidentes com capitais de distrito. A análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente. O indicador Percentagem de Poder de Compra revela que os 27 municípios das sub-regiões da Grande Lisboa, da Península de Setúbal e do Grande Porto concentravam 50% do poder de compra nacional.

O INE apresenta a nona edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio que tem como objetivo caracterizar os municípios portugueses relativamente ao poder de compra numa aceção ampla de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis e por recurso a um modelo de análise fatorial em componentes principais. A realização deste estudo visa contribuir para a oferta de informação ao nível do município através da disponibilização de indicadores de síntese que traduzem o poder de compra manifestado nos territórios. Note-se, porém, que as estimativas produzidas, no âmbito deste estudo, não devem ser apropriadas como qualquer outra variável a que corresponda um âmbito conceptual bem delimitado, como seja o rendimento ou o consumo das famílias.

Nesta edição, foram retidas 17 variáveis maioritariamente reportadas ao ano de 2009 e relativizadas pela população residente. São disponibilizados três indicadores — Indicador per Capita, Percentagem de Poder de Compra e Fator Dinamismo Relativo —, sendo que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, bem como para o país, resulta da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços considerados.

A publicação é acompanhada por um CD-Rom que, além de integrar os elementos que constam da versão impressa, contém uma aplicação que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores para outras divisões geográficas bem como para qualquer outro agrupamento de municípios escolhido pelo utilizador.

Indicador per Capita

O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra corresponde ao fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 51,6% da variância total das variáveis de base. Pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

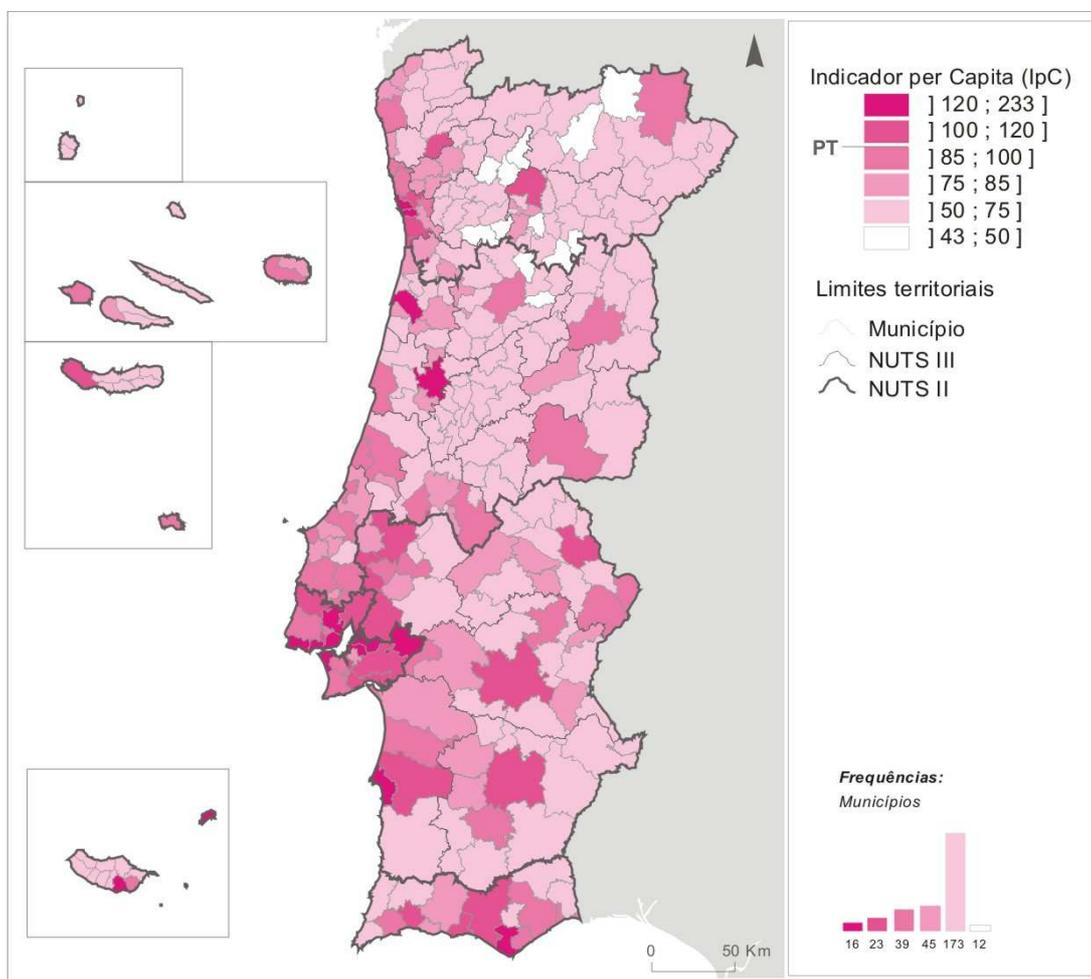
A leitura dos resultados do IpC para 2009 associa ao território continental um poder de compra manifestado superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia 100,5 para o Continente e era, respetivamente, de 86,1 e 94,7 para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A região de Lisboa (134,2) e do Algarve (100,4) constituíam as regiões NUTS II com valores acima do poder de compra *per capita* médio nacional, embora de forma marginal no caso do Algarve. As três restantes regiões continentais — Norte, Centro e Alentejo — registavam índices de poder de compra *per capita* abaixo da média nacional e relativamente próximos: 88,4 para a região Alentejo, 87,6 para a região Norte e 84,4 para a região Centro.

Em 2009, dos 308 municípios portugueses, 39 situavam-se acima do poder de compra *per capita* médio nacional. A Figura 1 destaca os valores de IpC mais elevados verificados nos territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto. Com efeito, o município de Lisboa apresentava o IpC mais elevado (232,5), mais do que duplicando o índice nacional, mas, nas 16 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 120, ainda se encontravam mais seis municípios da área metropolitana de Lisboa: Oeiras (185,3), Cascais (150,6), Montijo (136,9), Alcochete (132,6), Almada (122,2) e Loures (121,6). No território metropolitano do Porto, destacavam-se os municípios do Porto (178,8), de Matosinhos (130,6) e de São João da Madeira (129,1).

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam, em 2009, através deste indicador, um poder de compra *per capita* manifestado superior à média nacional, com relevância para Faro (146,1), Coimbra (144,9) e Aveiro (134,8). Evidenciavam-se, ainda, o Funchal (133,3) e o Porto Santo (120,2), na Região Autónoma da Madeira, e Sines (132,6), no Alentejo Litoral. Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente.

Por outro lado, 185 municípios (60% do número total de municípios) apresentavam valores de IpC inferiores a 75. Dos 12 municípios com menor poder de compra *per capita* manifestado, 10 pertenciam ao Interior da região Norte, distribuindo-se pelas sub-regiões Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes, e dois ao Interior da região Centro (Dão-Lafões).

Figura 1. Indicador per Capita por município, 2009



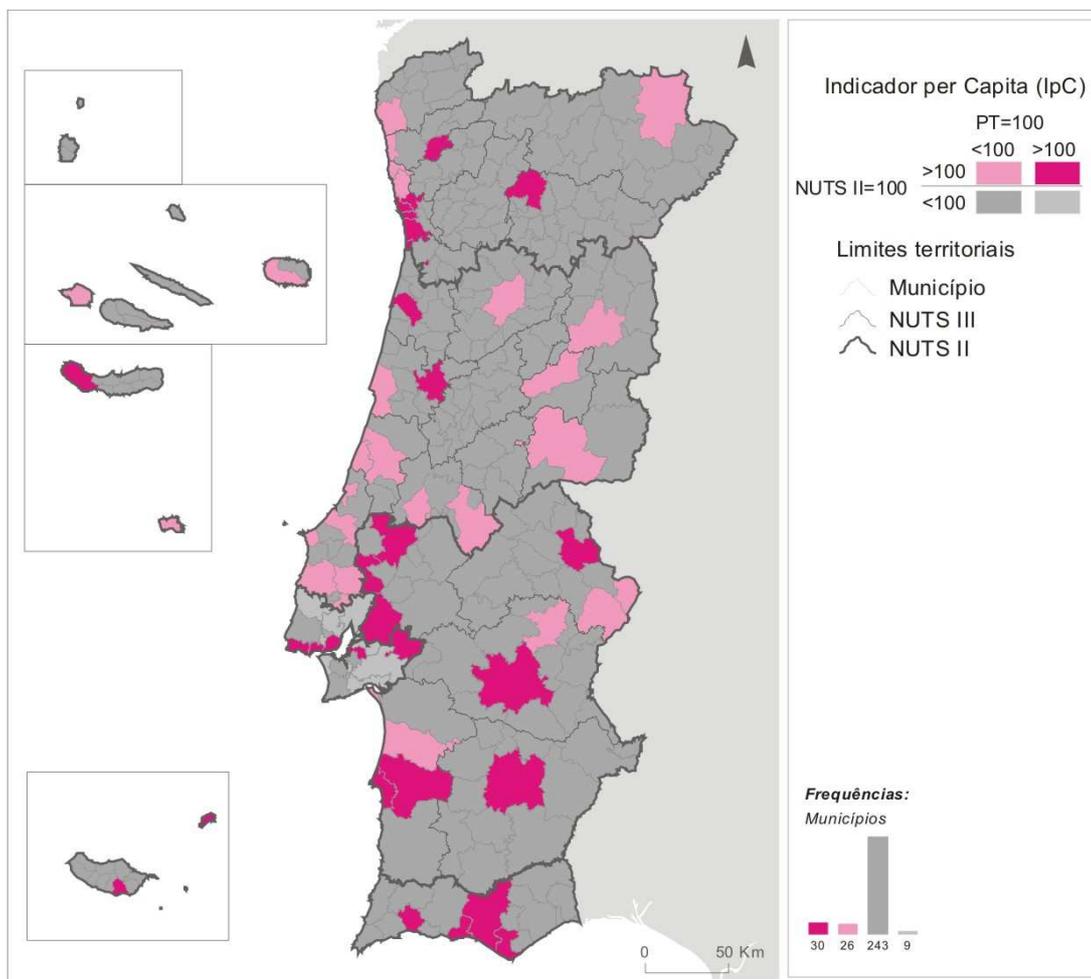
A Figura 2 permite analisar o IpC obtido nos municípios tendo por referência, em simultâneo, os contextos nacional e regional. Esta organização da informação traduz-se na possibilidade de avaliar melhor o grau de coesão intrarregional e de identificar os municípios que se evidenciavam no respetivo contexto regional.

Nesta perspetiva, os 308 municípios nacionais distribuíam-se da seguinte forma em 2009:

- 30 municípios apresentavam um IpC, simultaneamente, acima do poder de compra *per capita* médio nacional e regional — representavam sobretudo municípios que integram as duas áreas metropolitanas e cidades de média dimensão, maioritariamente coincidentes com capitais de distrito (Braga, Vila Real, Aveiro, Coimbra, Portalegre, Évora, Beja, Santarém e Faro) mas também, por exemplo, o Funchal e Ponta Delgada;
- em 26 municípios, o poder de compra *per capita* manifestado, em 2009, ficava aquém da média nacional mas acima da média regional — correspondiam maioritariamente a municípios da região Centro (15 municípios), mas também do Norte (4), do Alentejo (4) e da Região Autónoma dos Açores (3);
- cerca de 80% dos municípios do país (243) revelavam um poder de compra *per capita*, simultaneamente, aquém da média nacional e da respetiva média regional — ao nível das regiões NUTS II, esta proporção variava entre 28% na região Lisboa e 86% na região Norte;

- por último, nove municípios da região Lisboa apresentavam um poder de compra *per capita* acima da média nacional, mas aquém do respetivo valor regional: Loures, Amadora, Mafra e Vila Franca de Xira, na Grande Lisboa, e Alcochete, Almada, Setúbal, Barreiro e Palmela, na Península de Setúbal.

Figura 2. Indicador per Capita por município contextualizado nas regiões NUTS II, 2009



Percentagem de Poder de Compra

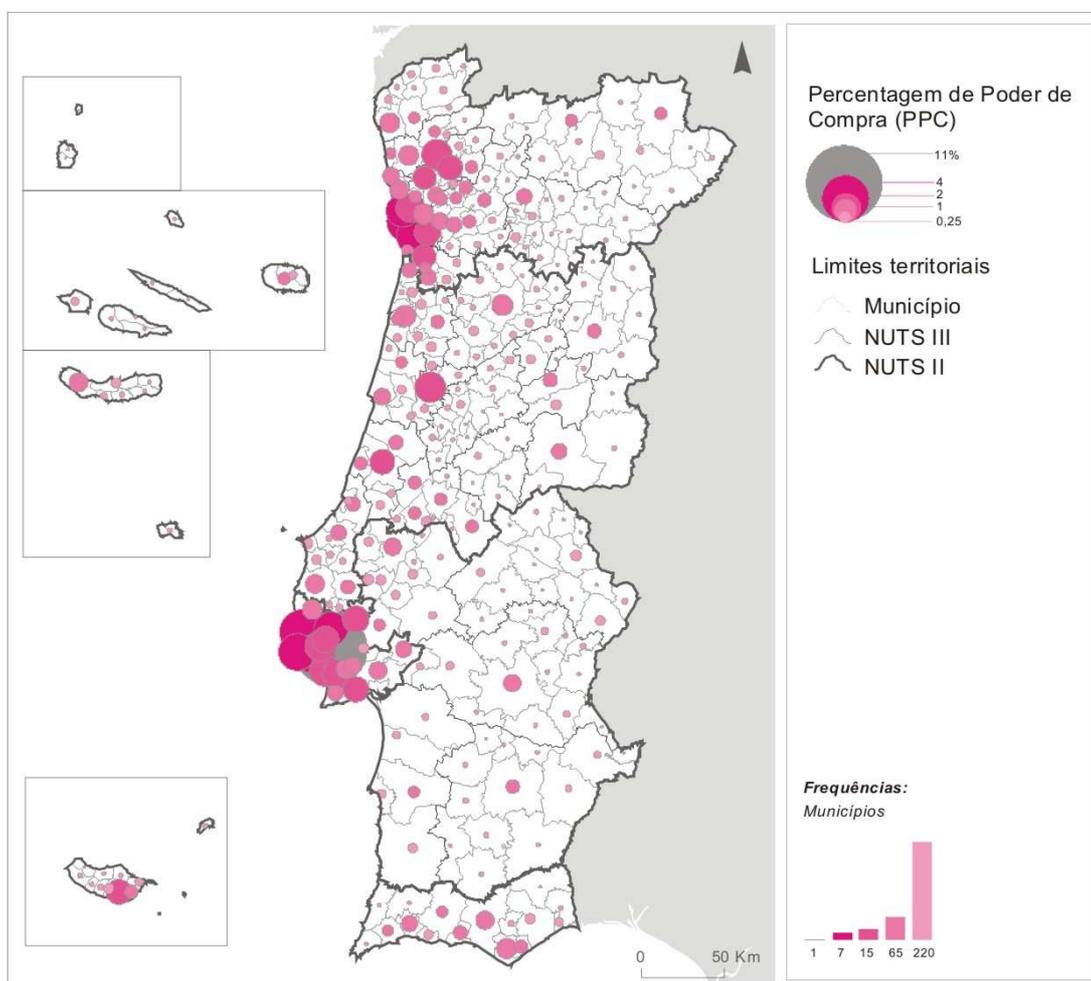
A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial — o Indicador per Capita (IpC) — e reflete o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%).

Com este indicador, pretende-se avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em síntese, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional.

A estrutura regional da PPC em 2009 revelava que dois terços do poder de compra manifestado regularmente no país se concentravam nas regiões NUTS II de Lisboa e do Norte. Para este resultado, contribuíam de forma mais decisiva as sub-regiões NUTS III Grande Lisboa (28%), Grande Porto (14%) e Península de Setúbal (8%). No conjunto, estas três sub-regiões representavam cerca de metade do poder de compra manifestado no território nacional.

A Figura 3 permite, adicionalmente, constatar que o poder de compra se concentrava de forma mais intensa nas regiões do Litoral continental. Com efeito, as seis sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se no Interior da região Centro: por ordem crescente, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Beira Interior Norte e Pinhal Interior Norte. Além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuíam, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

Figura 3. Percentagem de Poder de Compra por município, 2009



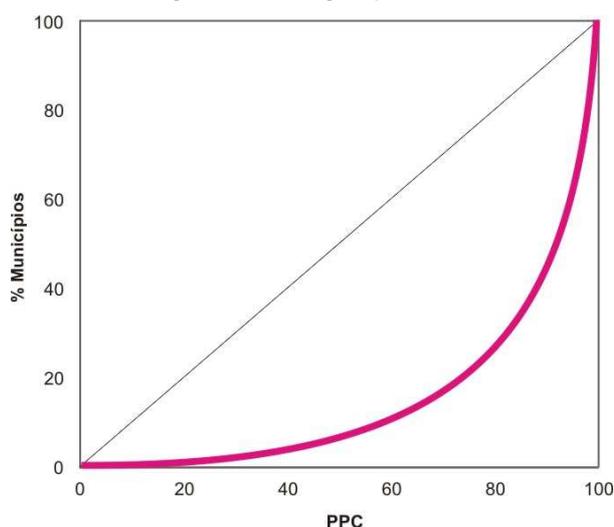
Ao nível municipal, Lisboa destacava-se no contexto nacional ao representar 10,5% do poder de compra nacional. Em 2009, apenas mais 22 municípios concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Trata-se de municípios integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa (Sintra, que era o segundo município a concentrar mais poder de compra, com 4%, e ainda Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Vila Franca de Xira, Odivelas e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como de

municípios capitais de distrito (Coimbra, Braga e Leiria). Os municípios do Funchal (na Região Autónoma da Madeira), de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão (ambos na sub-região do Ave) completavam este conjunto [Figura 3].

Com os menores contributos, encontravam-se os municípios do Corvo e das Lajes das Flores (na Região Autónoma dos Açores) e o município de Barrancos, no Baixo Alentejo, detendo individualmente 0,01% ou menos do poder de compra nacional.

A Figura 4 reflete a concentração do poder de compra pelos 308 municípios portugueses, permitindo constatar que, em 2009, 7% dos municípios (21) concentravam 50% do poder de compra nacional. Refira-se, adicionalmente, que cerca de 20% dos municípios (63) concentravam 75% do poder de compra. Estes resultados confirmam que o poder de compra se encontra associado à dimensão urbana dos municípios e, portanto, territorialmente muito concentrado.

Figura 4. Concentração da Percentagem de Poder de Compra pelos municípios, 2009

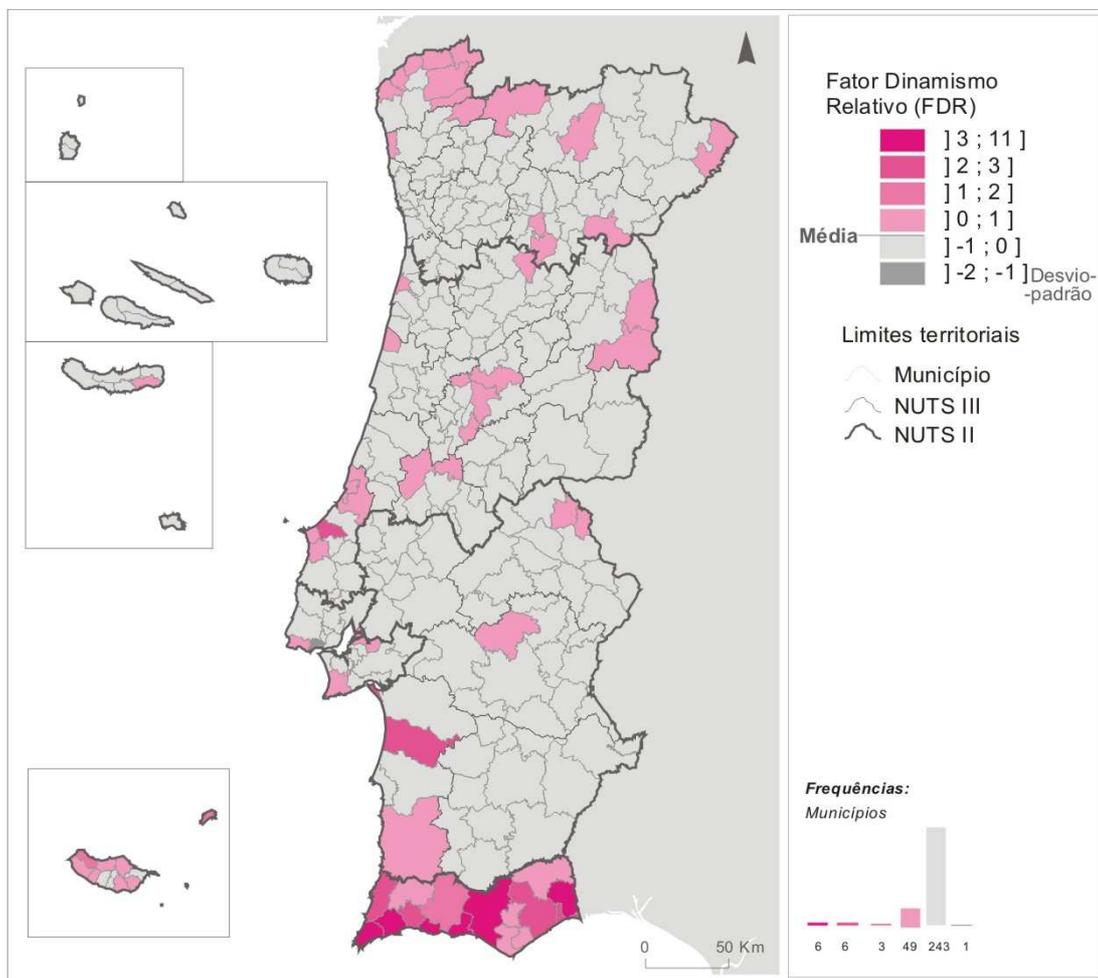


Fator Dinamismo Relativo

O Fator Dinamismo Relativo (FDR) corresponde ao segundo fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 25,8% da variância total das variáveis de base. O FDR pretende refletir o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística e, portanto, associados à dinâmica comercial que persiste na informação de base para além da refletida no primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial — o Indicador per Capita do poder de compra que, por sua vez, pretende traduzir o poder de compra *per capita* manifestado quotidianamente.

O objetivo essencial da construção do FDR consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si. Importa, assim, sublinhar que um valor baixo assumido no FDR em determinada unidade territorial não significa que a atividade turística seja pouco relevante neste território mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado de forma regular. O FDR é apresentado como variável estandardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), adotando-se como unidade de medida para efeitos de análise o desvio-padrão da respetiva distribuição municipal.

Figura 5. Fator Dinamismo Relativo por município, 2009



Em 2009, dos 15 municípios com um FDR superior ao desvio-padrão da distribuição, 11 situavam-se no Algarve: Albufeira, Loulé, Vila do Bispo, Lagos, Lagoa, Castro Marim, Vila Real de Santo António, Portimão, Tavira, Aljezur e Silves [Figura 5]. De entre estes municípios, Albufeira destacava-se claramente, apresentando um FDR de 9,95. Óbidos (2,95), na sub-região Oeste, que ocupava a sétima posição na hierarquia, Grândola (2,64), no Alentejo Litoral, Porto Santo (1,70) e Porto Moniz (1,24), ambos na Região Autónoma da Madeira, completavam o conjunto dos 15 municípios com um FDR superior a 1 em 2009.

Com valores no FDR situados entre 0,5 e 1, encontrava-se um conjunto adicional de sete municípios — três do Algarve (Faro, São Brás de Alportel e Monchique), um do Oeste (Nazaré), dois da Região Autónoma da Madeira (Funchal e Calheta) e um município da sub-região Minho-Lima — Caminha (0,54) — com o valor mais elevado em termos de FDR na região Norte. No outro extremo, com resultados menos significativos no FDR em 2009, encontrava-se um conjunto de 27 municípios com valores inferiores a -0,5: eram, sobretudo, municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e algumas capitais de distrito.

Importa, igualmente, sublinhar a existência de municípios que apresentavam valores de IpC e FDR simultaneamente elevados em 2009. Nesta perspetiva, mereciam destaque os municípios do Algarve, sobretudo Faro, Loulé, Portimão e Albufeira, mas também o Funchal e Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira.